

## **“SED SINT MINORES”. A MINORIDADE NA *REGRA NÃO BULADA*: PROPOSTAS E REAÇÕES**

“Sed sint minores”. La minorità nella *Regula non bullata*: proposte e reazioni”,  
em “*Minores et subditi omnibus*”. *Tratti caratterizzanti dell'identità francescana*.

Atti do Convegno, Roma, 26-27 Novembre 2002.

A cura di L. Padovese. Roma 2003, 129-147.

Entre os escritos mais estudados de São Francisco nos últimos 50 anos, devemos colocar a *Regra não bulada* (*Rnb*). Depois da edição crítica do *Testamento*, proposta por K. Esser em 1949,<sup>1</sup> seu irmão e discípulo D. Flood enfrentou o estudo dos manuscritos da *Rnb*, incluídas as questões que lhe dizem respeito: a) a dependência dos códices, b) a influência da história da Ordem sobre a leitura dos textos e a mudança de perspectiva da leitura dos mesmos, segundo novas tendências teológicas, c) a história redacional do texto da *Rnb* conhecido por nós e a hipótese articulada dos possíveis textos precedentes, isto é, daqueles que não chegaram até nós ou só chegaram em parte.<sup>2</sup>

As investigações de Flood deram como fruto uma edição crítica, aparecida em 1967, que, confrontada com as edições precedentes de L. Lemmens e H. Boehmer de 1904,<sup>3</sup> apresentava não só um texto mais seguro em quanto baseado em um número maior de códices, mas que também lançava uma luz nova, em medida preponderante, sobre a evolução do texto. Da investigação de Flood, emerge, de modo convincente, que a *Rnb* não foi o resultado de um único momento redacional nem de menos de um única pessoa: o texto promulgado no capítulo de 1221 deve ser considerado, portanto, o ponto de chegada de um longo caminho redacional, que se prolonga provavelmente desde 1209/10 a 1221, quando se decide analisar a situação sobre um texto já crescido além dos limites de um texto legislativo e discutido e reelaborado muitas vezes durante os capítulos anuais. A *Rnb* é, pois, fruto de uma colaboração dentro da fraternidade, um conjunto de vários estratos, em que se entrelaçam estruturas de pensamento e redações diversas.<sup>4</sup>

K. Esser, embora tenha aceitado a tese da evolução longa e complexa do texto da *Rnb*, de todas as formas, não pôde acolher todas as alternativas feitas por Flood para a edição da *Rnb*. De fato, enquanto H. Boehmer, para sua edição publicada há cem anos (1904), tinha dado crédito às citações referentes à *Rnb* conservadas na *Expositio regulae* de Ângelo Clareno,<sup>5</sup> Flood colocou como fundamento de sua edição da *Rnb* o texto do códice do Antonianum (*An*), porque se apresenta mais seguro sobre a antiguidade das leituras que se referem a muitos lugares.

Depois, quando Esser, em vista da nova edição crítica dos *Opuscula*, cotejou todos os manuscritos, comprovou que tanto *Clareno* como *An* continham tais imperfeições que não podia confiar em nenhum dos dois. As leituras desses códices deviam até ser submetidas a um confronto com todo o complexo das variantes; era necessário examinar em que medida, também elas, tinham sofrido variações pela influência das leis de desenvolvimento do texto, estabelecidas por Esser já para suas edições precedentes de alguns dos *Opuscula Francisci*.<sup>6</sup> Sai assim, só sete anos depois da edição de Flood, uma nova edição crítica da *Rnb*, como terceiro volume dos *Prolegomena*, destinados a preceder

---

<sup>1</sup> K. ESSER, *Das Testament des hl. Franziskus von Assisi. Eine Untersuchung über seine Echtheit und seine Bedeutung* (Vorreformationsgeschichtliche Forschungen, 15), Münster i.W. 1949.

<sup>2</sup> D. FLOOD, *Die Regula non bullata der Minderbrüder* (Franziskanische Forschungen, 19), Werl i.W. 1967.

<sup>3</sup> L. LEMMENS, *Opuscula sancti patris Francisci Assisiensis* (Biblioteca Franciscana Ascetica Medii Aevi, 1), Quaracchi 1904; H. BOEHMER, *Analekten zur Geschichte des Franciscus von Assisi*, Tübingen und Leipzig 1904, 1-26: «Regula prima».

<sup>4</sup> Cf. FLOOD, *Die Regula non bullata*, 75-157; D. FLOOD - W. VAN DUK - TH. MATURA, *La nascita di un carisma. Una lettura dalla prima Regola di san Francesco* (Presenza di S. Francesco, 26), Milano 1976, 29-94.

<sup>5</sup> ANGELUS CLARENUS, *Expositio super Regulam Fratrum Minorum*, preparada por G. BOCCALI com introdução de F. ACCROCCA e tradução italiana de P. M. BIGARONI, Santa Maria degli Angeli - Assisi 1994.

<sup>6</sup> Estes estudos foram recolhidos no volume: K. ESSER, *Studien zu den Opuscula des hl. Franziskus von Assisi*. Herausgegeben von EDMUND KURTEN und ISIDORO DA VILLAPADIerna (Subsidia scientifica franciscalia, 4), Roma 1973.

a edição definitiva de todos os escritos do Assisiense. Na qualidade de instrumento científico, que prepare e justifique as alternativas em ordem a uma edição posterior do texto, o novo volume contém todo o repertório das variantes e uma tentativa de explicá-lo do ponto de vista do desenvolvimento da Ordem.<sup>7</sup> Nesse sentido, Esser precisa e aprofunda as análises do texto da *Rnb* efetuados por Flood, corroborando o fato de que todo capítulo da *Rnb* tem sua “Sitz im Leben” concreta. Muitas variantes são compreensíveis e adequadamente avaliadas só à luz da história da primitiva fraternidade minorítica por uma parte, e à luz da história posterior da Ordem por outra. Quanto mais se aprofunda no conhecimento da situação, ou melhor, das situações originais, tanto mais se compreende certas expressões, exortações ou proibições no texto da *Rnb* que conhecemos.

Neste contexto colocam-se diversos estudos, que apareceram depois da edição crítica de Esser: baste citar o trabalho de Dino Dozzi com o título *O Evangelho na Regra não bulada de Francisco de Assis* (1989),<sup>8</sup> as sugestivas e refinadas análises de Bernard Vollet, que desfia o tecido da *Rnb* para reconstruir *La Vie des frères Mineurs de 1216* (1999), supondo um texto precursor, mais breve em comparação com o que conhecemos e preparado em vistas ao IV Concílio de Latrão ou depois dele;<sup>9</sup> o estudo histórico-canonístico de Werner Maleczek, que situa a mudança da regra franciscana dentro da terna representada por Francisco, Inocêncio III e Honório III.<sup>10</sup> Também devemos mencionar o êxito de uma “Semana de estudos franciscanos” em Verona, dirigida por Felice Accrocca e Antonio Ciceri, que propõem uma dupla aproximação: Uma histórico-crítica e outra espiritual à *Rnb*, definindo-a fundadamente “Uma regra em caminho”. Em sua publicação, eles combinam uma paciente investigação histórico-filológica e uma leitura que consegue impressionar e animar, devolvendo ao texto o valor e o atrativo que tinha no tempo de seu nascimento.<sup>11</sup> Também é preciso notar, neste ano de 2002, o grosso volume, que deseja oferecer uma “nova edição” dos *Escritos* de Francisco de Assis, apresentados em língua original (vulgar ou latim) e a tradução italiana ao lado, provida de breves introduções e de uma nova ordem interna, que vai desde escritos de índole mais estritamente pessoal, representados sobre tudo pelos autógrafos,<sup>12</sup> a textos dirigidos a um vasto público. Neste volume, evidentemente, não podia faltar a *Rnb*. Em vez de voltar a propor *sic et simpliciter* o texto fixado por Esser ou o de Flood, visto que ambos receberam críticas, decidiu-se apresentar um texto em que se fizeram algumas mudanças, confiadas à pena de Luigi Pellegrini. Não pretende “propor uma nova edição científica, mas simplesmente o fruto de uma releitura crítica das precedentes edições, à espera de uma revisão sistemática de toda a questão, que leve em conta não só o cotejo das variantes nos vários códices, e, portanto dos lugares variantes, mas da tipologia de cada um e das modificações evolutivas que o texto sofreu no interior de cada um dos códices, ou grupo de códices, sob a influência do ambiente de proveniência”.<sup>13</sup> As citações da *Rnb*, que apresentaremos aqui, foram tomadas desta edição “diplomática” mais recente, que, por outra parte, não difere muito da do grande mestre K. Esser.<sup>14</sup> Mas ou gostaria de recordar pelo menos uma voz contrária à opinião de todos os autores até agora mencionados, isto é, a tese de Armando Quaglia, que, a partir de sua tese doutoral, defendida ainda em 1941,<sup>15</sup> sustenta que *A verdadeira gênese da regra franciscana* não compreende todo o processo que vai de uma *presumida forma vitae* de 1209/10 à *Rnb* de 1221, mas que consiste em uma composição que durou de 1219 a 1223, período em que se elaborou a Regra em dupla redação. Em

<sup>7</sup> K. ESSER, *Textkritische Untersuchungen zur Regula nan bullata der Minderbrüder* (Spicilegium Bonaventurianum, 9), Grottaferrata 1974. O texto da *Rnb* desta edição entrou depois no *Die Opuscula des hl. Franziskus van Assisi. Neue textkritische Edition*. Herausgegeben von K. ESSER, Grottaferrata 1976, <sup>2</sup>1989, 377-402.

<sup>8</sup> D. DOZZI, *Il Vangelo nella Regola non bollata di Francesco d'Assisi* (Biblioteca Serpa. Cap., 36), Roma 1989.

<sup>9</sup> B. VOLLOT, «La Vie des freres Mineurs de 1216. Le texte», em *Misc. Franc.* 99 (1999) 265-319. IDEM, «La règle des frères mineurs de 1216», em *Franciscana* 2 (2000) 137-151; d. J. DALARUN, «*Vita istorum fratrum haec est*», em *Franciscana* 2 (2000) 153-162.

<sup>10</sup> W. MALECZEK, «Franziskus, Innocenz III, Honorius III und die Anfängen des Minoritenordens. Ein neuer Versuch zu einem alten Problem», em *Il papato duecentesco e gli Ordini mendicanti. Atti do XXV Convegno internaz. Assisi 13-14 febbraio 1998*. Spoleto 1998, 23-80.

<sup>11</sup> F. ACCROCCA - A. CICERI, *Francesco e i suoi frati. La Regola non ballata: una regola in cammino* (Tau, 6), Milano 1998.

<sup>12</sup> Véase a nova edição de A. BARTOLI LANGELI, *Gli autografi di frate Francesco e di frate Leone* (Autographa Medii Aevi, 5), Turnhout 2000, 13-75.

<sup>13</sup> L. PELLEGRINI, “Le Regole dell’Ordine dei Frati Minori”, em FRANCESCO D’ASSISI, *Scritti. Testo latino e traduzione italiana*, Padova 2002, 252.

<sup>14</sup> A importância de seus estudos é patente pelo fato de que lhe foi dedicado um Congresso internacional: “*Verba Domini mei*”, *Gli Opuscula di Francesco d'Assisi a 25 anni dalla edizione di Kajetan Esser OFM, Roma, 10-12 Aprile 2002*. Sobre o Congresso, ver a Crônica de E.J. MAPELLI em *Antonianum* 77 (2002) 399-406 E em *Frate Francesco* 68 (2002) 403-412. Cf. também O. SCHMUCKI, “Zehn Jahre nach dem Tod von Kajetan Esser OFM. Seine Präsenz in der heutigen Franziskusforschung”, em *Wissenschaft und Weisheit* 51 (1988) 100-122.

<sup>15</sup> A. QUAGUA, *L'originalità della Regola Franciscana*, Sassoferato 1943 e 1959.

todos os seus estudos, que culminam no último volume de 2002, este irmão menor das Marcas, morto recentemente, ratifica com paixão e com bom conhecimento das fontes, que na realidade existiam e existem só duas regras franciscanas: a que toda a tradição até a edição de Boehmer incluída, chamava unanimemente a “Regra primeira”, isto é, a de 1219/21, e a “Regra segunda”, a de 1223, confirmada pelo papa Honório III.<sup>16</sup>

Depois desta resenha dos últimos estudos sobre a *Rnb*, nos dispomos agora a apresentar os textos que mais diretamente falam da minoridade. São eles que nos iluminam sobre a questão do desenvolvimento do texto, em quanto, por uma parte, fazem ver que remontam a um texto anterior ao de 1221, e por outra fazem compreender por que, em um estado posterior da Ordem, não foram compreensíveis e, por isso, foram mudados pelos os copistas da *Rnb* e até omitidos na Regra definitiva do 1223. Procederei em duas fases: primeiramente, vou refletir sobre a minoridade vivida no exterior da fraternidade, no ambiente de trabalho, de apostolado e nas relações com as outras pessoas, depois veremos a minoridade vivida no interior. Baseando-me nos testemunhos externos, tratarei de indicar uma data aproximativa do nascimento do nome “Frades Menores”. Finalmente, concluirei tentando dar uma definição da *minoridade* franciscana.

#### SER MENORES E SÚDITOS NO LUGAR DE TRABALHO: O CAP. VII DA RNB

O cap. VII da *Rnb* nos oferece um indício significativo para intuir algo da vida dos primeiros irmãos: nem sempre em contato com Francisco, mas espalhados em diversos “lugares”, onde desenvolviam diversos serviços e trabalhavam onde deviam dar provas de sua minoridade e submissão. Em um primeiro momento, expressavam o que se propunham fazer com uma simples afirmação positiva. Mais tarde, diante das dificuldades surgidas da experiência, acrescentaram à proposta positiva uma série de advertências, que excluía tudo que podia contrastar com seu propósito de vida. Esses acréscimos, introduzidos freqüentemente pela expressão “Caveant”, são chamados por Flood de “inserções negativas”,<sup>17</sup> De fato, uma leitura da *Rnb*, que evite os acréscimos negativos, mostra um texto positivo e linear, que deve ser retido provavelmente como muito próximo ao escrito proposto ao papa Inocêncio III em 1209/10. No caso específico do cap. VII sobre o trabalho, nos encontramos diante da seguinte proposta e de sua reação:

##### *Propuesta:*

<sup>3</sup>E os irmãos que sabem trabalhar, trabalhem e exerçam o mesmo ofício que conhecem, se não for contra a salvação da alma e puder realizar-se honradamente. <sup>4</sup> Pois diz o profeta: Comerás os frutos de teus trabalhos; és feliz e fará bem para ti (Sal 127, 2). <sup>5</sup> E o apóstolo: O que não quiser trabalhar, não coma (2Tes 3, 10). <sup>6</sup> e: Cada um permaneça na arte e ofício em que foi chamado (1 Cor 7, 24). <sup>7</sup>E pelo trabalho possam receber todas as coisas necessárias, exceto dinheiro. <sup>8</sup>E quando for necessário, vão pedir esmola como os outros irmãos (ou pobres <sup>18</sup>). <sup>9</sup> E seja-lhes permitido ter as ferramentas e instrumentos convenientes para seus ofícios.

##### *Reacción:*

<sup>1</sup> Todos os irmãos, em qualquer lugar que estiverem em casa de outros para servir ou trabalhar, não sejam mordomos nem capatazes nem presidam nas casas em que servem; nem aceitem algum ofício que gere escândalo ou cause detrimento para sua alma; <sup>2</sup> mas sejam menores e súditos para todos os que estão nessa casa.

Vamos reler primeiro a parte positiva: Os irmãos que sabem trabalhar podem continuar o ofício ou arte que exerciam antes de se associar ao grupo de Francisco. A única condição é que seja um trabalho honesto o em consonância com a salvação da alma. Pelo trabalho podem receber todas as coisas necessárias para a vida, exceto o dinheiro. O mandamento de trabalhar é intensificado com duas

<sup>16</sup> A. QUAGLIA, *Storiografia e storia della regola franciscana*, Falconara M. 1985; IDEM, *La vera genesi della regola franciscana*, Assisi 2002. Recordemos que a edição francesa continua chamando à *Rnb* “Regra primeira”, e à *Rb* “Regra segunda”: FRANÇOIS D’ ASSISE, *Écrits* (Sources Chretiennes, 285) Paris 1981, 123-199. A nova coleção americana das Fontes Franciscanas chama à *Rnb* “Earlier Rule”, e à *Rb* “Later Rule”: *Francis as Assisi: Early Documents*. Vol. I: *The Saint*, New York - London - Manila 1999, 63-86, 99-106.

<sup>17</sup> FLOOD, *Die Regula non bullata*, 108-121: “Negative Einschübe”.

<sup>18</sup> É difícil decidir qual seja a leitura original: há 7 códices que trazem *sicut alii pauperes* [como os outros pobres], enquanto outros mais numerosos trazem *sicut alii fratres* [como os demais irmãos]. ESSER, *Die Opuscula*, 383, prefere, seguindo Clareno, *pauperes* [“pobres”]; FLOOD, *Die Regula non bullata*, 60, prefere fratres [“irmãos”]; PELLEGRINI em *Scritti*, 266, segue a tese de Flood.

citações bíblicas, uma de um salmo do AT. e outra do NT. O aviso de São Paulo “Quem não quer trabalhar, que não coma” (2Tes 3,10) sublinha que o trabalho (manual) faz parte da *vida apostólica*.

Passamos aos dois primeiros versículos (da reação), que parecem antepostos à afirmação positiva. O período está formado por uma frase que inclui a oposição: “não sejam - mas que sejam” [“non sint - sed sint”], e depois por uma frase sucessiva que rejeita um determinado modo de ser e por outra parte prescreve uma determinada atitude. São três as tarefas que os frades devem rejeitar, quando trabalham para terceiros: não devem ser mordomos (*camerarii*), nem chanceleres (*cancellarii*), nem desempenhar funções de governo nas casas onde prestam seus serviços. O verbo “servir” sublinha e qualifica, uma vez mais, o estado de minoridade, no qual devem permanecer, enquanto residem em casa de outros. A explícita referência a ofícios concretos como o mordomo ou o chanceler – ofícios em uso nos municípios italianos – denota que, por trás da advertência, há uma experiência mais ou menos prolongada, que mostrou aos frades um perigo não previsto, quando tinham decidido trabalhar simplesmente nos campos e nas casas dos outros, para ganhar a vida. Seu comportamento sincero e sua rejeição ao dinheiro levaram os responsáveis do município ou simplesmente os que lhes davam trabalho a confiar-lhes também postos elevados. Os frades responderam a essa tentação com a decisão de rejeitar não só o dinheiro, mas também os postos em que se manuseia dinheiro ou que têm relação, de alguma maneira, com a administração. Não quiseram manchar seu Nome de “Frades Menores” [“Fratres Minores”], que devem viver em um “estado menor”. Por isso, a advertência se encerra com um seco “mas sejam menores”, reforçado e esclarecido com um segundo adjetivo que não deixa dúvidas sobre a opção de minoridade, isto é, ser “submissos a todos os que estão na casa” (“subditi omnibus qui in eadem domo sunt”). Enquanto o termo “menores” pode ainda revelar a pertença a um estrato social, em que permanecem válidos e eficazes uma série de direitos, explicados em relação a “maiores”, o termo “submissos a todos” exige uma total submissão a todos os que estão na casa.<sup>19</sup>

Se, seguindo Flood, consideramos estes dois versículos uma inserção negativa posterior, permanece válido, não obstante, que esses versículos devem remontar aos anos antes do 1221 ou ao mesmo ano em que foi terminada a redação da *Rnb*. Isso significa que naquele tempo os frades iam trabalhar nas casas dos outros e, pouco a pouco, se verificara a tendência a subir na escala social, cedendo ao convite ou à pressão do município de ocupar postos de prestígio ou de responsabilidade administrativa. A discussão entre os frades levou à decisão de contrapor à tendência de “fazer carreira” o ideal da minoridade, inserindo em sua Regra os dois versículos aqui citados, que refletem bem a trama dos dois mundos: o comunal e o outro alternativo dos frades menores, que não querem deixar-se integrar no dinamismo de uma sociedade burguesa.

Mas também diante de outros movimentos religiosos, o grupo franciscano toma suas distâncias. De fato, já notava Raoul Manselli: “Normas deste tipo tinham sua razão de ser enquanto a Ordem foi um fenômeno italiano: porque era característico das *comunas* italianas empregar religiosos como oficiais financeiros, como, em concreto o serviço da *camera*, ou para outras funções, como a de chanceleres, que exigiam uma certa cultura e uma boa prática da escrita. Quando Francisco impunha essas restrições, tinha em mente, sem dúvida, os Humilhados, cujos membros exerciam uma intensa atividade, precisamente, como mordomos e chanceleres.”<sup>20</sup> Por isso, mesmo inseridos no meio do povo como trabalhadores, os frades menores deviam distinguir-se dos outros religiosos especialmente pela rejeição do dinheiro como recompensa, e da promoção para ofícios mais altos.<sup>21</sup> Se considerarmos as variantes,<sup>22</sup> notamos, além disso, que alguns copistas da *Rnb* já não compreenderam o termo *cancellarius* e o mudaram para *cellarii* ou *cellerarii*, adaptando-o à linguagem monástica. De fato, também a Regra Benedictina, no cap. 31, prevê que um monge (*sábio, de costumes prudentes,*

<sup>19</sup> Cf. A. CICERI, “La Regula non bullata: saggio storico-critico e analisi testuale”, em F. ACCROCCA - A. CICERI, *Francesco e i suoi frati*, 125-164, aqui 185-186.

<sup>20</sup> R. MANSELLI, *Vida de San Francisco de Asís* (Hermano Francisco, 32). Oñati 1997, 257-258. Para as duas profissões que se ocupavam das finanças, de papéis e de documentos cf CICERI, “La Regula non bullata”, 187.

<sup>21</sup> Esta distinção de outros religiosos é notada também por Jacques DE VITRY em sua *Historia occidentalis*, cap. 32, onde diz da nova Ordem minorítica: “Esta é a religião dos verdadeiros pobres do Crucificado, que é também Ordem de pregadores. Nós os chamamos de irmãos menores. E por certo menores e mais humildes que todos os regulares deste tempo no hábito, Np despojamento, e no desprezo pelo mundo” [ed. BOEHMER, *Analekten*, 102; tradução espanhola: *San Francisco de Asís. Escritos. Biografías. Documentos da época* (BAC, 399), Madrid 20032, 958].

<sup>22</sup> Presentes só na edição crítica de FLOOD, *Die Regula non bullata*, 59-60, e mais numerosas na de ESSER, *Die Opuscula*, 383, o K. Esser, *Gli scritti di s. Francesco d'Assisi. Nuova edizione critica e versione italiana*, Padova 1982,488.

*sóbrío*), cubra a função de um “cellerarius”, isto é, que seja ecônomo do mosteiro e que se encarregue de modo particular dos hóspedes. Quando os frades menores já viviam em grandes conventos e não iam mais a casas de outros para servir ou trabalhar, era fácil que o “chanceler” da *Rnb* se transformasse em “cellarius” que trabalha dentro do convento, preparando, por exemplo, os quartos dos hóspedes.

Aludo só brevemente ao longo e solene cap. XXIII da *Rnb*, que defini como um “prefácio franciscano” por seu estribilho “Nós vos damos graças” repetido cinco vezes.<sup>23</sup> Depois de ter dado graças por toda a história da salvação desde a criação do mundo até a parusia de Cristo (Rnb XXIII, 1-6),<sup>24</sup> a oração se transforma em um chamado dirigido por os frades menores a todos as camadas da igreja (excetuando o papa e os bispos) e da sociedade. Depois de um detalhado elenco dos diversos graus dos clérigos e dos leigos. Os frades se dirigem a todo o mundo com impulso e com grande consciência missionária, animados, como eles mesmos se declaram, pela responsabilidade de ser “frades menores, servos inúteis”. Incluindo-se em um apelo à penitência eles exortam:

“[...] a todos os pequenos e grandes,  
E a todos os povos, gentes, tribos e línguas;  
a todas as nações e a todos os homes em qualquer lugar da terra, que são e serão,  
humildemente lhes rogamos e suplicamos  
todos nós, irmãos menores, servos inúteis,  
que todos perseveremos na verdadeira fé e penitência,  
porque de outra maneira ninguém pode salvar-se” (Rnb XXIII 7).

Nesta lauda, os frades menores põem os limites últimos de seu apostolado, limites que superam em muito os confins do cristianismo, e os levam a aderir com entusiasmo à idéia de uma missão de caráter universal.<sup>25</sup> Mas ao mesmo tempo, permanecem fiéis a seu nome, apresentando-se como frades menores e “servos inúteis” segundo o Evangelho (Lc 17,10).

Estes termos mostram os frades menores implicados na única grande atitude do “orar e suplicar humildemente”; o advérbio *humildemente* está intensificado e explicitado por meio dos termos “menores” e “inúteis”. “Observemos ainda que a associação de *servos inúteis* a *menores* faz do primeiro membro (*servo*) um complemento semântico da categoria de *menores* especificando sua natureza e alcance.”<sup>26</sup> Desse jeito, não só no humilde trabalho manual e nos serviços prestados em casa de outros, mas também na pregação mais entusiasta, o grupo dos penitentes de Assis sabia manter seu estado de minoridade.

O mesmo quadro é apresentado no cap. XVI sobre o comportamento dos frades entre “sarracenos e outros infieis”. Como é sabido, o capítulo propõe dois modos de um comportamento que é qualificado como *espiritual*, isto é “segundo o espírito do Senhor”:

“Mas os irmãos que vão [entre sarracenos] de dois modos podem comportar-se espiritualmente entre eles. Um modo é que não discutam nem contendam, mas que estejam submetidos a toda humana criatura por Deus e confessem que são cristãos. Outro modo é que, quando virem que agrada ao Senhor, anunciem a palavra de Deus, para que creiam em Deus onipotente, Pai, e Filho e Espírito Santo, criador de todas as coisas, no Filho, redentor e salvador, e para que se batizem e se tornem cristãos, porque o que não voltar a nascer da água e do Espírito Santo, não pode entrar no reino de Deus” (Rnb XVI 5-7).

---

<sup>23</sup> L. LEHMANN, “*Gratias agimus tibi*. Structure and Content of Chapter 23 of the Regula non bullata”, em *Laurentianum* 23 (1982) 312-375.

<sup>24</sup> T. MATURA, *Francisco de Asís, otro Francisco. El mensaje de sus escritos* (Hermano Francisco, 31), Oñati 1996, 42-48, chama a este fragmento “O Creio de São Francisco”.

<sup>25</sup> Recentemente corroborado por L. LEHMANN, “La dimensione universale negli scritti di Francesco d’Assisi”, em *Due volti dei Francescanesimo. Miscellanea in onore di Optadus van Asseldonk e Lazzaro Iriarte*, a cura di A. TOMKIEL (Dimensioni Spirituali, 17), Istituto Francescano di Spiritualità, Roma 2002, 89-125.

<sup>26</sup> CICERI, “La regula non bullata”, 257, citando a J.-M. CHARRON, *De Narciso a Jesús. Francisco de Asís em busca da identidade* (Hermano Francisco, 28), Oñati 1995, 191.

Não é aqui o lugar de repetir um comentário ao capítulo inteiro.<sup>27</sup> Precisamos notar apenas que o conceito da minoridade chega ao ponto máximo justamente no confronto com os muçulmanos, considerados por Francisco entre “os infiéis”. Diante deles não conta em primeiro lugar a pregação ou um programa social que leve os não cristãos ao Batismo, mas o modo espiritual de viver como verdadeiros frades menores. Nota-se aqui como o advérbio *espiritualmente* caracteriza uma atitude diferente “da sabedoria deste mundo e da prudência da carne; pois o espírito da carne quer e se esforça muito por ter palavras, mas pouco pelas obras. [...] Mas o espírito do Senhor quer que a carne seja mortificada e desprezada, vil e abjeta. E se esforça pela humildade e a paciência, e a pura e simples e verdadeira paz do espírito” (Rnb XVII 10-15).<sup>28</sup> Só quem tem o Espírito do Senhor pode realizar e conservar tal atitude, como a regra propõe: os irmãos menores não devem nem litigar nem discutir, mas ser entre si, em primeiro lugar, e entre os outros, um exemplo de fraternidade. A alternativa cristã não se infere de nenhuma superioridade intelectual ou moral, mas de uma submissão inaudita e surpreendente, quase “contra natura”, justamente porque está inspirada por Deus. Não por acaso Francisco cita neste contexto a admoestação, tão querida por ele, tirada da primeira carta de São Pedro: “Sede submissos a toda humana criatura por Deus” (1Pedro 2,13).<sup>29</sup> O *por Deus*, traduzido usualmente: “pelo amor de Deus”, indica o móvel e o motivo pelo qual alguém pode se expropriar e se comprometer a ponto de se submeter também aos infiéis, e mesmo “não só aos homens, mas também a todas as animais e feras, para que possam fazer dele tudo que quiserem, quanto lhes for dado do alto pelo Senhor”, como acentua Francisco na *Saudação às Virtudes* (SalVirt 18). A expropriação total se torna possível por uma ilimitada confiança na providência de Deus. Sem esta fé e confiança, a submissão a toda criatura deve parecer à razão humana como uma loucura, e Francisco queria ser justamente um “novellus pazzus” [“novo louco”]<sup>30</sup>.

Fiel a seu nome, o irmão menor deve ser o “mais pequeno” com respeito a todos e ocupar sempre o último lugar. Se deve entregar-se até à criatura irracional, tanto mais deverá fazê-lo aos homens. Independentemente do fato de ir aos cristãos ou aos não cristãos, deve excluir toda pretensão de domínio e toda atitude de orgulho. Ele não dispõe dos outros, mas deixa que disponham dele. Não impõe novas estruturas, mas, diante todo, se submete para, depois, mudar a partir de dentro as estruturas injustas, sempre que as houver. A profissão de fé oral vem depois do testemunho vivido na concórdia fraterna, na atitude de reconciliação e na submissão incondicional aos homens. O viver a fraternidade, o estar submetido aos homens de outros costumes e religiões, sem renegar da própria fé, este é, em síntese, o princípio da missão franciscana. Em outras palavras, a minoridade aplicada à missão significa a não violência, a disponibilidade ao diálogo, que inclui também o martírio, aquela disponibilidade, em fim, que Francisco testemunhou no histórico encontro com o sultão Melek-el-Kamil. Enquanto em nome de Cristo se preparavam guerras oficialmente contra os sarracenos, Francisco anunciava o estar “sujeito a toda criatura” como o primeiro e o mais importante modo da missão. Também o capítulo XVI é uma proposta alternativa inspirada no Evangelho e uma reação franciscana ao comportamento da Igreja no século XIII.<sup>31</sup>

#### SER MENORES DENTRO DA FRATERNIDADE: O CAP. VI DA RNB

Como vimos, no cap.VII a *Rnb*, deixa transparecer a idéia de que os primeiros companheiros de Francisco podiam morar nos diversos lugares, onde tivessem encontrado trabalho. Consequentemente, não será importante esclarecer desde o princípio as relações entre os irmãos nem muito menos

<sup>27</sup> Seja-me consentido remeter a L. LEHMANN, “Principi della missione francescana secondo le fonti primitive”, em *Italia francescana* 65 (1990) 238-278, em particular 259-268. Mais recente o comentário histórico-crítico de J. HOEBERICHTS, *Feuerwandler, Franziskus und der Islam*, Kevelaer, Edition Coelde, 2001, 77-186.

<sup>28</sup> Cf. L. LEHMANN, “El significado del Espíritu en Francisco y Clara de Asís”, em *Selecciones de Franciscanismo* 31 (2002) 429-461.

<sup>29</sup> Ver o estudo agudo e detalhado de M. A. LAVILLA MARTIN, “La sumisión a toda criatura por Dios, propuesta por Francisco de Asís. Un pasaje de la historia exegética de 1Pt 2, 13”, em *Antonianum* 74 (1999) 463-499. [Resumo em *Selecciones de Franciscanismo* n. 101 (2005) 185-217.]

<sup>30</sup> Entre os muitos *logia* [ditos] de Francisco, conservados nas coleções das recordações dos companheiros, o seguinte tem o *sabor* de autenticidade: “Meus irmãos, meus irmãos, Deus me chamou para andar pelo caminho da simplicidade. Não quero que me mencioneis nenhuma regra, nem a de Santo Agostinho, nem a de São Bernardo, nem a de São Benito. O Senhor me disse que queria fazer de mim um novo louco no mundo, e o Senhor não quis levar-nos por outra sabedoria senão esta. De vossa ciência e saber Deus vai ser servir para vos confundir.” LP 18; cf. G. MICCOLI, *Francisco de Asís. Realidad y memoria de una experiencia cristiana* (Hermano Francisco, 27), Oñate 1994,99.

<sup>31</sup> HOEBERICHTS, *Feuerwandler*, 78. A. ROTZETIER, “Kreuzzugskritik und Ablehnung der Feudalordnung in der Gefolgschaft des Franziskus von Assisi”, em *Wissenschaft und Weisheit* 35 (1972) 121-137.

qualquer estrutura vertical de mando e obediência. Por isso, consideramos de importância secundária, na ordem de tempo, a questão das relações dentro da fraternidade. De qualquer jeito, é revelador o fato de que, imediatamente antes do cap.VII sobre o trabalho encontramos a proibição de chamar-se “prior” e o mandato de chamar-se “geralmente irmãos Menores” (Rnb VI, 3). A frase se encontra no contexto da correção fraterna e da organização dos ofícios dentro da fraternidade. Os capítulos IV-VI formam um bloco unitário, que, de modo significativo, se inicia com a invocação “Em nome do Senhor”. Este bloco se pode chamar “estatuto da fraternidade”,<sup>32</sup> porque tenta descrever as relações entre os “superiores” e os outros irmãos em plena adesão ao evangelho. Francisco se remonta ao preceito de Jesus, pelo qual entre os discípulos não deveria reinar o poder de um sobre o outro; em vez, entre eles “quem quiser ser maior, que seja seu servidor” (Mat 20,27). Assim, chama sempre os responsáveis de sua fraternidade “Ministros ou servos” (Rnb IV, 6; V, 3.7.11) E quer que “ninguém se chame mestre, porque um só é vosso mestre” (Rnb XXII, 35).

Notamos, pois, como a minoridade entra também no nome dado aos ofícios: em lugar de *magister* [mestre] Francisco escolhe o apelativo *minister* [servidor]; enquanto *magister* contém a palavra “maior”, que significa “grande” e designa correntemente aquele a quem se serve, Francisco estabelece que aquele que serve seja o *minister*. O que tem responsabilidade de todos os irmãos deve tornar-se pequeno, isto é, servo de todos e por motivo algum deve ser chamado de “mestre”, isto é, aquele que é “maior”. Pondo no mesmo nível os dois sinônimos “ministro e servo”, quer evitar que o título “minister” chegue a ser puro pacto (como na política), perdendo toda força significativa e todo valor alternativo. Francisco distingue entre “ministros e servos” por uma parte, e os irmãos “submetidos aos ministros e servos” (Rnb V, 3) por outro lado; não obstante, todos devem “por caridade do espírito, servir-se e obedecer-se uns aos outros de bom grado” (Rnb V, 14). Aliás, a Rnb prescreve que em todos os ofícios recebidos “os irmãos não tenham poder ou domínio, e menos entre eles” (Rnb V, 9). Também o “estatuto de fraternidade” consiste em propostas evangélicas e em advertências a favor da minoridade, necessárias depois de certos abusos de poder e tendências para se assemelhar ao costume e à linguagem monástica (prior). Propostas e reações criam os capítulos IV-VI assim como hoje se apresentam.

Tanto no cap. V como no VI o modo indicado para verificar a minoridade está motivado e fundamentado sobre máximas evangélicas. O que nos poderia passar despercebido, como se fosse uma ritual e formal citação bíblica, merece pelo contrario uma especial atenção, em quanto a contraposição entre *maior* e *menor* era ainda de grande atualidade nos tempos de Francisco. Entre 1198 e 1210, a cidade de Assis viu enfrentarem-se duas facções opostas, a dos *boni homines*, chamados também *Maiores* e a dos *homines populi*, chamados também *minores*. Os primeiros eram os senhores feudais, os segundos “se identificavam com o município, ou, em outras palavras, reconheciam o município [comune] como quadro legítimo e exclusivo da própria presença pública, enquanto os *boni homines* insistiam ainda em querer propor de novo a lógica feudal”.<sup>33</sup> Os menores tratavam de se libertar do *hominitium*, uma instituição feudal caracterizada pelo vínculo pessoal e perpétuo que unia um recomendado com seu senhor e o obrigava a prestar-lhe determinados serviços. Quando, em 1198, os assisienses assaltaram o castelo, destruindo-o completamente, os senhores feudais – entre eles também os pais de Clara – fugiram para Perusa. Isso aumentou a tensão, que sempre tinha existido entre as duas cidades, que culminou na batalha de Collestrada de 1202, em Francisco tomou parte e foi feito prisioneiro. Pouco a pouco, os nobres voltaram a Assis, e a um determinado povo, para reforçar-se também diante das ameaças externas. Esse acordo não deve ter tido muito resultado, e em 1210 foi preciso assinar um novo pacto entre *maiores* e *menores*, isto é, a *Charta franchitatis*.<sup>34</sup> Nela, os dos grupos sociais em luta para conseguir o poder, se puseram de acordo para a cessação definitiva das prestações dos serviços feudais e para construir juntos o Município [Comune]. Ainda que de inspiração evangélica, o apelativo *menores* tinha também naquela época um significado de classe. Francisco, por seu lado, coloca-se com os seus companheiros entre o populacho da cidade, sem tomar

<sup>32</sup> Também este estatuto, que hoje parece ser um bloco unitário, revela acréscimos e ligações: cf. A. ROTZETIER, *Die Funktion der franziskanischen Bewegung in der Kirche*, Schwyz 1977, 130-140; DOZZI, *Il Vangelo nella Rnb*, 155-173; VOLLOT, “La règle des frères mineurs de 1216”, 146.

<sup>33</sup> F. ACCROCCA, “Francesco e la sua fraternitas. Caratteri e sviluppi do primo movimento franciscano”, em ACCROCCA - CICERI, *Francesco e i suoi frati*, 11-121, aqui 68, seguindo a A. BARTOLI LLANGELI, “La realtà sociale assisana e il patto do 1210”, em *Assisi al tempo di Francesco. Atti do V Convegno internaz., Assisi 13-16 ottobre 1977*, Assis 1978, 271-336, aqui 295.

<sup>34</sup> Para estas duas *Chartae* e o termo *Hominitium* cf. ACCROCCA, “Francesco e la sua fraternitas”, 67-73.

parte na luta dos *menores* pela libertação do *hominium*. Na realidade, até proíbe exercer um poder de domínio tanto dentro da fraternidade como no Município. Neste sentido, Francisco não fez uma opção de classe, mas seu propósito de seguir os passos de Cristo levou-o a realizar uma opção de campo, que não podia não ser também uma opção de campo social. De fato, Francisco se alinha mais com uma terceira classe, da qual não se fala nas duas *Chartae*, mas a que se alude muitas vezes nas *Fontes Franciscanas* e expressamente na Rnb, quando ele adverte que os frades menores “devem ter prazer quando convivem com pessoas vis e desprezadas, com os pobres, os fracos, os doentes e leprosos e os mendigos na beira da estrada” (Rnb IX 2).<sup>35</sup> Esses não-cidadãos, sem rosto e sem voz, poderiam ser chamados de Mínimos. A eles Francisco dirige sua atenção e seu amor, sem condenar as outras duas classes reinantes em Assis: os Menores e os Maiores.

#### POSSÍVEL DATA DO NOME

Observamos que os versículos 1-2 do cap. VII da Rnb, como acréscimo do significado de admoestação, são posteriores aos versículos 3-9, mas de qualquer forma foram inseridos antes de 1221 ou por ocasião da redação final da Rnb, terminada justamente durante o capítulo de Pentecostes desse ano. Mas eu creio que a data ainda poderia ser mais bem determinada se levarmos em conta outras fontes históricas.

Segundo a *Legenda dos Três Companheiros*, os primeiros convertidos ao ideal de Francisco se apresentaram como “Penitentes de Assis” (LTC 37). Esse deve ter sido o primeiro nome, bastante genérico porque havia grupos de penitentes por toda parte. Os companheiros de Francisco especificaram depois que eram penitentes “procedentes da cidade de Assis”. Mais explícito é Tomás de Celano que na *Vida primeira* refere:

“De fato foi ele quem fundou a Ordem dos Irmãos Menores e quem lhe impôs esse nome nas circunstâncias que referimos: dizia-se na Regra: “E sejam menores”; ao escutar essas palavras, naquele preciso momento exclamou: “Quero que esta fraternidade se chame Ordem dos Irmãos Menores. E na verdade, menores que, submetidos a todos, buscavam sempre o último lugar e tratavam de se empregar em ofícios que tinham alguma aparência de desonra, a fim de merecer, fundamentados assim na verdadeira humildade, que neles se levantasse em ordem perfeita o edifício espiritual de todas as virtudes” (1Cel 38).

A notícia é tanto mais interessante porque está em relação com nosso capítulo VII da Rnb. No fragmento de Celano, repetem-se aquelas duas expressões características da inserção negativa, isto é, “sejam menores” e “submissos a todos”. É muito provável que Francisco tenha assistido a um daqueles momentos em que se discutia sobre o projeto da regra e quando se estava decidindo que este acréscimo precedesse o cap. VII da regra, exclamou: “Este é o nome da nossa fraternidade: Irmãos Menores!” O testemunho de Celano concorda, pois, com o processo do desenvolvimento da regra e de certa maneira o confirma. Mas, naturalmente, não se indica nenhuma data para a fixação do nome.

Afortunadamente, não é só Celano que nos informa sobre a explícita vontade de Francisco de chamar sua fraternidade de “Ordem dos Irmãos Menores”, mas também alguém de fora da Ordem nascente.<sup>36</sup> A história nos transmite, de fato, o singular testemunho de um cronista premostratense, Burcardo de Ursperg (+1230), que se esforça por colocar o primeiro núcleo franciscano no exato contexto histórico, enquanto trata de outros movimentos pauperísticos, surgidos na Itália central e setentrional.<sup>37</sup> Depois de contar que conheceu em 1210 “alguns seguidores da seita dos Pobres de Lyon, que se apresentaram à Sé Apostólica, com um de seus mestres [Bernardo Prim]”, para pedir ao Papa Inocêncio III a aprovação de seu modo de viver por meio de um privilégio, prossegue Burcardo:

“Mas o senhor Papa os reprovou por terem práticas supersticiosas [...] O senhor Papa, longe de aprová-los, aprovou em seu lugar os outros, ou seja, os que se chamavam Pobres Menores. Estes rejeitavam tudo que dissemos que era supersticioso e censurável, andavam de verdade com os pés descalços tanto no verão como no inverno e não recebiam dinheiro nem outras coisas, a não ser o alimento ou, quando muito, alguma roupa que lhes era necessária, se é que alguém as dava espontaneamente, pois não pediam

<sup>35</sup> Cf. MICCOLI, *Francisco de Assis. Realidade e memória*, 87-94; ACCROCCA, *Francesco e la sua fraternitas*, 51.

<sup>36</sup> É sabido como K. Esser deu preponderância a estes testemunhos externos à Ordem; para nossa questão cf. K. ESSER, *La Ordem franciscana. Orígenes e ideais* (Hermano Francisco, 2), Aránzazu 1976, 56-59: “El nome de la nueva orden”.

<sup>37</sup> Cf. C. PAPINI, *Valdo di Liono e i “poveri nello spirito”*. *El primo secolo del movimento valdese (1170-1270)*, Torino 2001, 260-264: “Bernardo Prim e i “Poveri Riconciliati””.

nada a ninguém. Estes mesmos, com o passar do tempo, percebendo que às vezes a fama de muita humildade pode levar à vanglória e de que existe o perigo de se envaidecer diante Deus por causa da pobreza, como acontece com muitos que a suportam enganosamente, preferiram chamar-se Irmãos Menores em vez de Pobres Menores, submissos em tudo à Sé Apostólica.”<sup>38</sup>

Burcardo, em sua *Crônica*, terminada em torno a 1226, capta bem as características da nova Ordem, fazendo notar o perigo de gloriar-se da pobreza. E contra este mesmo vício, Francisco repetidamente põe em guarda em seus escritos. O testemunho de Burcardo concorda, pois, com o que diz o próprio Francisco. Em lugar de *Pobres Menores*, usado em um primeiro período, o grupo em torno ao Poverello escolheu o nome *Irmãos Menores* para evitar o perigo de uma pobreza orgulhosa e fanática, sem caridade, e também porque esta nova fórmula estabelecia a profissão da pobreza sobre duas bases insubstituíveis: a fraternidade e a minoridade.

Segundo o precioso testemunho de Burcardo, o Papa aprovou o grupo de Francisco com o nome de *Pobres Menores*. Mas sabe que, mais tarde, mudaram esse nome por *Irmãos Menores*. Quando aconteceu isso? O contexto de Burcardo deixa supor que não muito depois da aprovação oral de 1209/10. Indicações semelhantes nos oferece o bispo Jacques de Vitry (+1240), que também foi um agudo observador das origens franciscanas. Em sua já famosa carta, escrita no fim de outubro ou começo de novembro de 1216 a seus amigos de Flandres, no porto de Gênova, antes de partir para as cruzadas, o bispo de Acre (Accon, Tolemaida) fala de sua estadia em Perusa e de sua impressão negativa respeito da Cúria papal, à qual contrapõe o impacto que lhe produziu o movimento franciscano, dizendo:

“Por aquelas terras encontrei pelo menos uma consolação, pois pude ver que muitos seculares ricos de ambos os sexos fugiam do século, abandonando tudo por Cristo. Eram chamados de Irmãos Menores e Irmãs Menores. São tidos em grande honra pelo senhor Papa e pelos cardeais. [...] Vivem segundo a forma da primitiva Igreja, conforme dela se escreveu: A multidão dos crentes tinham um só coração e uma só alma (At 4, 32). Durante o dia vão às cidades e aldeias para conquistar os que podem, dedicados assim à ação. E durante a noite, retornando ao despovoado ou a lugares solitários, dedicam-se à contemplação. As mulheres, por sua parte, vivem juntas em alguns hospícios perto das cidades, e não recebem nada, mas vivem do trabalho de suas mãos.”<sup>39</sup>

Fora a estranheza pelo fato de Jacques não nomear nem Francisco nem Clara em toda a carta, pois só fala dos *irmãos menores* e das *irmãs menores*, podemos deduzir de sua informação que o nome *irmãos menores* já era conhecido em 1216. Por tanto, é muito provável que o nome tenha sido estabelecido pouco depois da aprovação oral do *propositum vitae* em 1209/10 ou, no máximo, em 1215, pela *forma de vida* elaborada em torno ao IV Concílio de Latrão, pelo qual os irmãos deviam apresentar, sem a menor dúvida, sua regra, para escapar ao decreto 13 do Concílio, que proibia a fundação de novas Ordens.<sup>40</sup> Com toda segurança podemos, pois, concluir que, depois de uma certa flutuação (primeiro “Penitentes de Assis”, depois “Pobres Menores”), entre 1210 e 1216 o nome de *Irmãos Menores* ficou determinado, de modo que em 1216 já era oficial.<sup>41</sup>

## CONCLUSÃO

A minoridade é um elemento inseparável da pobreza evangélica, já que não se pode ser “pobre de espírito” (Mat 5,3) sem humildade.<sup>42</sup> Defender a pobreza, para vangloriar-se dela o chamar a atenção, seria contra a minoridade, valor original e principal, que caracteriza o movimento franciscano. Embora o termo “minoridade” nunca seja usado por Francisco, seu conceito se expressa bem no binômio

<sup>38</sup> BURCHARDUS URSPERGENSIS, *Chronicon*, em *San Francisco de Asís. Escritos. Biografias. Documentos da época* (BAC, 399), Madrid 2003<sup>2</sup>, 956.

<sup>39</sup> JACOBO DE VITRY, *Carta primera*, em *San Francisco de Asís. Escritos. Biografias. Documentos da época*, 956-957. Sobre a vida e as obras deste pregador francês, nos informa J. LONGERE em sua introdução a JACQUES DE VITRY, *Histoire occidentale*, Paris 1997.

<sup>40</sup> *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, preparado por Alberigo (e outros), 3ª edição, Bolonha 1973, 242: “Para que a demasiada diversidade de religiões não leve a grave confusão na igreja de Deus, proibimos firmemente, que ninguém daqui em diante funde uma nova religião, mas se alguém quiser entrar em uma religião, assuma uma das aprovadas.”

<sup>41</sup> Por isso, justamente B. Vollot atribui Rnb VII 1-2 à *Forma de vida* de 1216: VOLLOT, “La règle des frères mineurs de 1216”, 146: “Em 1216, pouco a pouco, o trabalho dos irmãos se diversificou. Também se vêem cardeais pedindo a Francisco um irmão para seu serviço. Francisco não nega, mas com a condição de que o irmão não tenha um papel de dirigente, de responsável pelo pessoal; ele deve permanecer em um posto subalterno. Este é o objeto do capítulo VII 1-2.”

<sup>42</sup> L. LEHMANN, “Vivere la povertà dalla prospettiva di minorita”, em *Insieme per servire* (Verona) 12/3 (1998) 17-30. [Ver *Selecciones de Franciscanismo* n. 95 (2003) 200-212.]

“pobreza e humildade”, que se encontra quatro vezes em seus escritos,<sup>43</sup> sem contar tantas outras passagens em que se ressalta a paciência e humildade. Francisco prefere falar concretamente do “ser menor”. Assim a minoridade indica a atitude evangélica de não ocupar os primeiros lugares, de não estar por cima dos outros, de não mandar nem de ser empresários, mas servos, ao serviço de todos, sempre disponíveis para fazer o bem sem pretender nem recompensas, nem agradecimentos, nem honras, nem glória. A opção pela minoridade influi, sobre tudo, sobre nossa escolha de trabalho e sobre nossa convivência, mas também e em primeiro lugar sobre nosso ser diante Deus, “todo bem, sumo bem, bem total, que sois o único bom, fazei que vos restituamos todo louvor, toda glória, toda graça, toda honra, toda bênção, e todos os bens” (LHor 11).

Ao “Altíssimo, onipotente, bom Senhor”, devemos servir “com grande humildade” (Cant. 1.14). Com o termo “minoridade”, embora pouco conhecido e pouco apreciado fora do ambiente franciscano, se toca, sem dúvida, o nervo central, ou melhor ainda, o coração de nossa vida.<sup>44</sup> De fato, nos chamamos “Irmãos Menores”. O acréscimo “franciscanos”, “conventuais”, “capuchinhos” é secundário e poderia ceder a uma reposição unitária do nome original, já que Francisco queria que seus companheiros se chamassem “Irmãos Menores”.

Trad. De Frei José Carlos Pedroso

Selecciones de Franciscanismo, n. 108 (2007), págs. 397-414

---

<sup>43</sup> Rnb IX 1; Rb VI 3; XII 5; SalVir 2. Cf. L. IRIARTE, *Vocación franciscana*, Valencia 1989<sup>3</sup>, 177-215: “La pobreza e humildad de nuestro Señor Jesucristo”.

<sup>44</sup> Cf. L. LEHMANN, “Minority: the Core of Poverty”, em *The Cord* 52 (2002) 207-219.